

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2013

Patrocinador oficial  
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 400 exemplares  
Depósito Legal: 366919/13  
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



# 50 ANOS DEPOIS: AS ÂNFORAS ROMANAS DA PRAÇA DA FIGUEIRA (LISBOA)

Rui Roberto de Almeida / Bolseiro de Doutoramento da FCT / UNIARQ / Tema de doutoramento: “Ex Baetis ad Occidentem. O comércio marítimo de alimentos desde o Guadalquivir para a Lusitânia (séculos I a.C. – V/VI d.C.)” / rui.dealmeida@gmail.com  
Victor Filipe / Bolseiro de Doutoramento da FCT / UNIARQ / Tema de doutoramento: “Economia e comércio em Olisipo: uma leitura a partir do estudo das ânforas dos períodos Republicano e Alto Imperial” / victor.filipe7@gmail.com

## RESUMO

Neste trabalho apresenta-se o estudo das ânforas romanas recolhidas nas escavações realizadas por Irisalva Moita e Bandeira Ferreira na Praça da Figueira (Lisboa) durante as obras de construção do metro de Lisboa no princípio dos anos 60 do século XX. São abordados os vários aspectos relacionados com a especificidade desta colecção de materiais, mas sobretudo do significado que a referida colecção tem no estudo da economia e das relações comerciais da antiga cidade de *Olisipo*, no âmbito do Império Romano.

## ABSTRACT

In this paper the authors present the study of the roman amphorae gathered in the excavations conducted by Irisalva Moita and Bandeira Ferreira in Praça da Figueira (Lisbon) during the construction of the Lisbon subway in the early 60s of the twentieth century. The study covers the various aspects related with the specificity of this sample, but mainly the importance and meaning that this collection has for the study of the economic and commercial relations of the ancient city of *Olisipo* under the Roman Empire.

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta surge na sequência da coincidência de determinados objetos de estudo nas investigações de doutoramento que nos encontramos a realizar atualmente, ambas financiadas pela FCT, com as quais se pretendem analisar aspectos e âmbitos cronológicos diferentes, mas complementares, de uma mesma realidade: a da importação de produtos alimentares na Lisboa romana<sup>1</sup>.

Os estudos dedicados às ânforas e ao comércio alimentício para a cidade de Lisboa, desenvolvidos principalmente durante a última década, revelam uma enorme pujança e demonstram, simultaneamente, a tomada de consciência da crescente importância que tem esta “nova” classe cerâmica como fonte de informação privilegiada e, como consequência directa, o lugar de relevo que esta adquiriu para o conhecimento do comércio e da história económica antiga. No entanto, apesar do crescente número de trabalhos realizados, persiste uma escassez de conjuntos numerosos e quantificados na sua totalidade, deparando-nos recorrentemente com di-

ferentes níveis de conhecimento: o de análises parciais de grandes conjuntos, que compreendem apenas partes de intervenções (campanhas, sectores, contextos particulares, etc...), blocos cronológicos ou conjuntos formados a partir de formas/proveniências, que não permitem avançar grandes con-

---

1. A Praça da Figueira é uma das componentes obrigatórias da investigação que cada um de nós pretende desenvolver. Pareceu-nos que o único cenário viável e proveitoso seria partilhar, explorar devidamente esta comunhão de interesses comuns e elaborar um trabalho conjunto, sem que do mesmo adviesse qualquer tipo de prejuízo para as referidas investigações paralelas que se encontram em curso, evitando assim situações prejudiciais derivadas da impossibilidade de acesso a materiais ou informação (infelizmente ainda muito frequentes no nosso panorama...).

À excepção da minuciosa síntese/interpretação da escavação e do estudo da *terra sigillata* daí proveniente realizado por R. Banha da Silva (2005) e do estudo parcial das ânforas realizado por C. Fabião (1993-94), a Praça da Figueira e o seu espólio parecem estar destinados a um letargo, que, paradoxalmente, o tempo e o (des)conhecimento se encarregaram de converter numa referência incontornável da arqueologia urbana portuguesa.

siderações ou leituras; e o de conjuntos estudados integralmente mas estatística e/ou diacronicamente pouco representativos.

Para a Praça da Figueira, o caso que agora directamente nos ocupa, embora disponhamos dos dados resultantes de todas as ânforas recuperadas, carecemos actualmente de coordenadas crono-estratigráficas e da leitura passível de ser realizada das realidades escavadas, que nos permitam uma correcta contextualização dos mesmos. Não obstante este *handicap*, os resultados da análise do conjunto podem ser posteriormente complementados e contrastados com os disponíveis para outras zonas e conjuntos da cidade. Apesar de estarmos conscientes de que não se trata de um conjunto muito numeroso, entendemos que é, no entanto, suficientemente abrangente e significativo, desde um ponto de vista estatístico. Deste modo, o que almejamos com este trabalho não é tanto descrever ou discutir as problemáticas inerentes a cada tipo (que excederia o âmbito e a extensão que aqui se pretende), mas, a partir dos mesmos, focar mais o seu significado e delinear as principais tendências, na tentativa de estabelecer, ou pelo menos esboçar, um quadro mais completo e fidedigno do consumo de produtos alimentares na parte baixa/limítrofe da *urbe*, e, em última instância, na própria *Olisipo*, particularmente no período que decorre entre os anos que antecedem a viragem da Era e o século III d.C.

## 2. A INTERVENÇÃO DE 1961-62

A escavação arqueológica realizada na Praça da Figueira no início dos anos 60 do século passado constitui-se como uma das mais emblemáticas intervenções urbanas na arqueologia de Lisboa. Tal deve-se principalmente ao facto de esta ter sido a primeira grande actuação moderna de arqueologia urbana na cidade, realizada no âmbito das obras de escavação do Metro de Lisboa; não faltou, à semelhança do que hoje acontece, um confronto entre os interesses da investigação arqueológica e dos promotores do empreendimento bem como, no que se refere à gestão do património, uma certa tensão entre o poder autárquico e o poder central (Fabião, 1994).

A primeira intervenção teve início em 1960 com a escavação de uma área significativa do Hospital de Todos-os-Santos, sob a responsabilidade de Irisalva Moita, então conservadora-adjunta dos Museus Municipais. Porém, após essa escavação e por opção da autarquia, a acção de Irisalva Moita viria a ficar

condicionada apenas ao acompanhamento dos trabalhos das obras do metro. Já em 1961, durante uma visita rotineira de acompanhamento, Irisalva Moita detecta vestígios de uma necrópole de época romana na Praça da Figueira. Ao longo daquele ano e no início do seguinte viria a efectuar várias visitas ao local e recolhas de espólio, identificando diversos conjuntos de sepulturas (Moita, 1968; 1994; Silva, 2005; 2013).

Irisalva Moita veio a dirigir escavações aí entre 5 e 9 de Fevereiro de 1962, tendo registado 25 sepulturas e várias estruturas associadas. Entretanto, e novamente por opção da autarquia, a responsabilidade dos trabalhos acaba por ser delegada à Junta Nacional da Educação, tendo as escavações sido assumidas por Bandeira Ferreira ainda durante o mês de Fevereiro desse ano (Silva, 2005; Silva, 2005; 2013). Uma das primeiras acções empreendidas por aquele arqueólogo, para além de ter identificado uma via romana que Irisalva Moita não tinha reconhecido enquanto tal, foi definir vários sectores na área de escavação, a Oeste e a Este da via, com base nos restos construtivos que se observavam (Silva, 2013). Os muros foram todos identificados com numeração romana, tendo ainda sido atribuída a mesma letra do alfabeto grego aos muros de cada um dos compartimentos (Silva, 2013).

Embora o volume de documentação produzida seja bastante significativo, sendo visível uma grande preocupação metodológica no decorrer da execução da escavação (Silva, 2013), os resultados da intervenção de Bandeira Ferreira mantêm-se praticamente inéditos<sup>2</sup>.

## 3. O CONJUNTO DAS ÂNFORAS: PROVENIÊNCIAS, TIPOS/PRODUTOS DOCUMENTADOS, PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E RITMOS DO CONSUMO

O conjunto anfórico da intervenção de 1961-62 na Praça da Figueira é composto por 287 fragmentos diag-

---

2. O facto de a sistematização de todo o volume de informação contida no “*Diário das escavações*” de Bandeira Ferreira (1962) se encontrar ainda por fazer permite considerar a possibilidade (mais que provável) de se vir a conseguir estabelecer a associação entre os materiais exumados e contextos estratigráficos específicos. Naturalmente, não caberá aqui, nem mesmo no âmbito das nossas teses, realizar tamanha tarefa que, a nosso ver, dificilmente teria correspondência em termos de tempo investido e resultados úteis verdadeiramente significativos para os nossos estudos.

nosticáveis, que correspondem a um Número Mínimo de 121 Indivíduos (NMI) (*vide* Figura 2). A maior parte dos mesmos é inédita, mas era já conhecida a existência de ânforas oleícolas, algumas delas com epigrafia (Fabião, 1993-94), e vinárias da Bética (Fabião, 1998), dadas à estampa numa abordagem preliminar através de estudos específicos realizados por C. Fabião, embora não se tivessem então avançado dados relativos à sua quantificação.

Numa primeira linha de análise de carácter global, desde uma perspetiva temporal, constata-se a existência de 95 indivíduos (78,5%) pertencentes ao período Alto Imperial, contra apenas 16 (13%) atribuíveis genericamente aos séculos III-V d.C. e 10 (8,5%) indeterminados. A distribuição dos valores do consumo segundo estes grandes blocos cronológicos parece ganhar consistência nas prováveis realidades arqueológicas documentadas, pois, tal como se propõe com base nas posteriores intervenções de 1999-2001, a maior parte da evidência correspondente diz respeito à via e à necrópole associada, com um uso preferencial documentado entre os meados do século I e os inícios do III d.C. (Silva, 2005, pp. 40-50).

Por sua vez, numa segunda ordem de análise, na leitura desde a óptica da origem dos contentores, o aspecto de maior relevo é a importância que detêm no total da amostra os artigos produzidos em âmbito local/regional, consubstanciado nos 48% que representam as ânforas lusitanas das olarias dos vales do Tejo/Sado. As produções da Lusitânia são apenas secundadas pelas importações da vizinha província da Bética (35,5%), as únicas a alcançar valores que, apesar de inferiores, se lhes podem de algum modo equiparar em significado, revelando as restantes importações um abastecimento diversificado, com origem em distintas províncias e regiões do Mediterrâneo, mas com um carácter claramente minoritário no quadro do consumo.

É no período compreendido entre o último quartel do século I a.C. e o século II d.C. que se observam maiores diferenças nas origens e nos tipos/artigos consumidos (Figuras 2-3). Os tipos identificados revelam um panorama controlado pelos produtos lusitanos, com 55%, apresentando os do Vale do Guadalquivir um registo muito significativo com 27,4%, representando 60,5% do total das importações, em detrimento de uma presença reduzida de 6,3% da costa bética, ou ainda de outras presenças apenas vestigiais, mas não por isso menos relevan-

tes, de 2,1% da Tarraconense, de 3,2% da Gália, de 4,2% da península itálica, de 1,1% das áreas adjacentes do Mediterrâneo central e de 1,1% do Mediterrâneo oriental.

Este cenário espelha aspectos que devem ser devidamente matizados, e que entendemos serem mais compreensíveis desde a óptica de análise dos (prováveis) conteúdos relacionados. Da observação da Figura 3 sobressai imediatamente um consumo relativamente desequilibrado ao nível dos pilares da alimentação, em que os preparados piscícolas alcançam os 45%, os produtos vitivinícolas os 33% e o azeite 21%. Um primeiro aspecto de registo é a fraca expressão das salgas oriundas da costa bética ocidental em ânforas Dressel 7-11 e Beltrán IIB, que representam apenas 14% no consumo dos produtos haliêuticos, claramente suplantadas pelos 86% com origem nas fábricas do Tejo/Sado, envasados em tipos de difícil caracterização – tradicionalmente enquadradas no universo das produções “ovoides” – que preferimos agrupar sob a designação de “Lusitanas Antigas”, e em Dressel 14 (Figuras 2 e 3).

As proporções relativas destes tipos indicam que, desde um primeiro momento – que *grosso modo* se pode localizar entre o virar da Era, ou mesmo no quartel anterior, e os meados do século I – se assiste na região de Lisboa a um progressivo aumento e demanda dos produtos locais/regionais face aos produtos importados da Bética, que se acentuará a partir da segunda metade do séc. I e se consolidará no século II d.C., tal como se pode deduzir da hegemonia da Dressel 14 comparativamente às Beltrán IIB. Esta não é exclusiva da Praça da Figueira ou de Lisboa, tendo sido já assinalada nos conjuntos do Teatro Romano (Filipe, 2008a) e da Rua dos Bacalhoiros (Filipe, 2008b).

No que respeita ao consumo do vinho, também aqui são pertinentes alguns comentários. Tal como seria de esperar, verifica-se que durante o século I d.C., sobretudo durante o período Júlio-cláudio, foi a Bética, particularmente a região do Guadalquivir, a principal fornecedora destes produtos, mas estando igualmente bem representadas as importações itálicas<sup>3</sup>. Não obstante, não se presencia um domínio do tipo Haltern 70, tal como acontece de um modo

3. A inexistência de dados estratigráficos leva-nos a entender as Dressel 1 itálicas como elementos residuais, ou em alternativa, a considerar a sua hipotética aquisição e atribuição às realidades definidas como Fase I, entre os finais do século II a.C. e o segundo terço do I a.C. (Silva, 2005, p. 38).

geral nos contextos destes momentos na fachada atlântica (Morais & Carreras Monfort, 2003, pp. 98-100). Esta aparente quebra pode estar directamente relacionada quer com o facto de os contextos da Praça da Figueira se poderem reportar em maior número a momentos atribuíveis à segunda metade do século I e ao II d.C., quer com o maior índice de outros tipos da mesma região (Dressel 2-4 e Dressel 28) e de outras províncias (Pascual 1 e Dressel 2-4 tarraconenses; Dressel 2-4/5 orientais) com conteúdos análogos. Indiscutível parece ser o facto de que todas estas origens se viram suplantadas pela produção local durante o século II d.C., tal como atesta a importante percentagem de Lusitanas 3.

O comércio e consumo do azeite é, no nosso entender, elemento que merece também destaque. O azeite, proveniente única e exclusivamente do Vale do Guadalquivir em ânforas Ovoide 7 (=Oberaden 83) e Dressel 20, representa uma quinta parte durante este período e cerca de 46% do total das importações. As morfologias identificadas apontam para um maior consumo no período Júlio-cláudio, seguido de uma diminuição em época Flávia e um posterior “ressurgimento” no período antoniniano, tal como aliás tinha sido já comentado (Fabião, 1993-94, p. 232). Esta realidade, especialmente para o primeiro momento, era já visível no conjunto do Teatro (Filipe, 2008a). Os valores e a importância que alcançam, que agora se puderam quantificar, destronam categoricamente qualquer leitura que defenda a sua hipotética escassez, confirmando as propostas anteriormente avançadas por C. Fabião, designadamente a da relação directa existente entre a sua difusão e a rota atlântica (Fabião, 1993-94, pp. 231-232, 238-239).

Por último, para o período compreendido entre os séculos III-V d.C. é escasso o conjunto e as considerações a partir do mesmo, considerando a fiabilidade da amostra disponível. Ainda assim são possíveis algumas, parecendo verificar-se uma alteração nos padrões de consumo da cidade no que se refere aos três grandes grupos de produtos. Por um lado, uma aparente diminuição do consumo de vinho e derivados vínicos (12%) – embora isto possa reflectir apenas uma reorientação de contentores e/ou as dificuldades na sua identificação – que se encontra atestado apenas pela presença das formas Lusitana 9, de produção local/regional, e Kapitän II, do Mediterrâneo oriental; por outro lado, a manutenção do consumo de azeite bético, cuja presença de ânforas Dressel 20

de morfologia mais tardia, mas também de Dressel 23 e Tejarillo 1 confirmam não só a vitalidade e a importância da sua comercialização para contextos ocidentais, como também a inexistência de uma hipotética substituição pelo africano; por último, a “eterna” preponderância dos preparados piscícolas lusitanos, testemunhada pela hegemonia da Almagro 51C, sem que, no entanto, a costa bética tenha desaparecido do mercado, verificando-se uma significativa presença de Keay XVI/XXII em sítios como Lisboa ou Tróia (Diogo; Paixão, 2001).

A modo de conclusão, a cidade de *Olisipo*, com excelentes condições portuárias e uma localização geoestratégica invejável, que funcionava já desde tempos precedentes como polo articulador entre o Atlântico e o Mediterrâneo, adquiriu no âmbito provincial romano a primazia enquanto “centro abastecedor” da Lusitânia atlântica, desempenhando o papel de “capital litoral” da Província (Mantas, 1990, p. 160). Este papel vê-se reflectido na recepção de grande quantidade e variedade de produtos exógenos. No entanto, assistir-se-á também a uma conseqüente (e como que inevitável) concentração das indústrias locais no seu entorno imediato, destinadas a produzir produtos análogos que, a partir de *Olisipo*, se apropriarão dos mercados provinciais de forma contundente em momentos algo posteriores.

Essa sua condição de primeiro porto provincial, que parece ter-se desenhado a partir dos momentos finais da República/inícios do Império, ter-se-á visto incrementada em importância e dinamismo seguramente a partir de meados do século I d.C., em função do que agora se apresenta, parecendo ganhar plena consistência a hipótese de que Lisboa teve usufruto directo da “abertura” e uso regular/intensificação da rota atlântica (Fabião, 1993-1994), concebida essencialmente para a circulação de produtos anonários, de carácter institucional, destinados aos contingentes militares do *limes* germânico e da *Britannia* (Remesal Rodríguez, 1986; Carreras Monfort; Funari, 1998), mas a partir da qual poderão ter derivado outro tipo de circuitos e mercados. Contudo, é necessário avaliar mais detidamente e em maior profundidade, de preferência com um maior volume de dados, para que se possa precisar de que forma, em que medida e em que moldes, a “dimensão atlântica” interagiu com *Olisipo*, com as principais cidades localizadas na costa atlântica e com outras cidades localizadas no hinterland imediato das suas principais regiões estuarinas.

## BIBLIOGRAFIA

CARRERAS MONFORT, C.; FUNARI, P. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo. Estudios sobre el comercio de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Universitat de Barcelona (Col·lecció Instrumenta; 5).

DIOGO, A.M.; PAIXÃO, A.C. (2001) – Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Troia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 4:1, pp. 117-140.

FABIÃO, C. (1993-94) – O azeite da Baetica na Lusitânia. *Conímbriga*. Coimbra, 32-33 pp. 219- 245.

FABIÃO, C. (1994) – Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. *Penélope- Ler e Desfazer a História*. Lisboa, 13, pp. 147-162.

FILIPPE, V. (2008a) – *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

FILIPPE, V. (2008b) – Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 11: 2, pp. 301-324.

FERREIRA, F. B. (1962) – *Diário das escavações sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*. Junta Nacional da Educação, Lisboa (manuscrito – exemplar policopiado a partir de microfilme).

MANTAS, V.G. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia In *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires (Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 149-205.

MOITA, I. (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. Ano 19, 116-117, pp. 33-71.

MOITA, I. (1994) – *O Livro de Lisboa. Expo'98, Lisboa'94*. Lisboa: Livros Horizonte.

MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Geografia del consum de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona (Monografies del Casc; 5), pp. 93-112.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986) – *La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania*. Madrid: Universidad Complutense.

SILVA, R. B. (2005) – *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Policopiado.

SILVA, R. B. (2013) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.

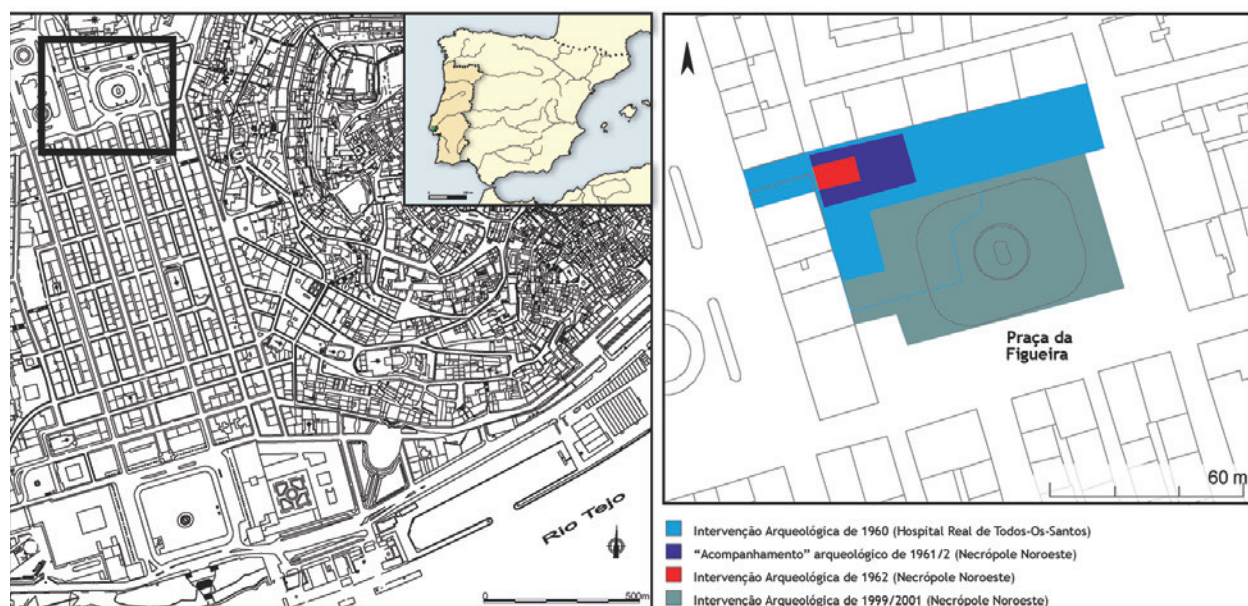


Figura 1 – Localização da Praça da Figueira e das diferentes intervenções arqueológicas realizadas no local (planta da direita segundo Silva, 2005; modificado).

Proveniência	Tipo	Frag.	% Frag.	NMI	% NMI	% na Região	% na Província	% Extra Provinciais
Lusitânia, vales do Tejo/Sado	"Lusitanas Antigas"	5	1,7%	5	4,1%	8,6%	8,6%	
	Dressel 14	105	36,6%	32	26,4%	55,2%	55,2%	
	Lusitana 3	43	15,0%	15	12,4%	25,9%	25,9%	
	Almagro 51C	5	1,7%	3	2,5%	5,2%	5,2%	
	Almagro 51A-B	1	0,3%	1	0,8%	1,7%	1,7%	
	Lusitana 9	1	0,3%	1	0,8%	1,7%	1,7%	
	Indeterminado	2	0,7%	1	0,8%	1,7%	1,7%	
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>56,4%</b>	<b>58</b>	<b>47,9%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		
Bética, costa ocidental	Dressel 7-11	4	1,4%	2	1,7%	18,2%	4,7%	3,3%
	Beltrán IIB	9	3,1%	4	3,3%	36,4%	9,3%	6,7%
	Key XVI	5	1,7%	2	1,7%	18,2%	4,7%	3,3%
	Key XXII	3	1,0%	1	0,8%	9,1%	2,3%	1,7%
	Indeterminado	3	1,0%	2	1,7%	18,2%	4,7%	3,3%
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>8,4%</b>	<b>11</b>	<b>9,1%</b>	<b>100%</b>	<b>25,6%</b>	<b>18,3%</b>	
Bética, Vale do Guadalquivir	Haltern 70	9	3,1%	3	2,5%	9,4%	7,0%	5,0%
	Dressel 2-4	3	1,0%	2	1,7%	6,3%	4,7%	3,3%
	Dressel 28	2	0,7%	1	0,8%	3,1%	2,3%	1,7%
	Ovóide 7 (=Oberaden 83)	2	0,7%	1	0,8%	3,1%	2,3%	1,7%
	Dressel 20	51	17,8%	21	17,4%	65,6%	48,8%	35,0%
	Dressel 23	2	0,7%	2	1,7%	6,3%	4,7%	3,3%
	Tejarillo 1	2	0,7%	2	1,7%	6,3%	4,7%	3,3%
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>24,7%</b>	<b>32</b>	<b>26,4%</b>	<b>100%</b>	<b>74,4%</b>	<b>53,3%</b>	
Tarraconense	Pascual 1	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Dressel 2-4	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0,7%</b>	<b>2</b>	<b>1,7%</b>			<b>3,3%</b>
Gália	Gauloise 4	3	1,0%	2	1,7%			3,3%
	Gauloise 5	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1,4%</b>	<b>3</b>	<b>2,5%</b>			<b>5,0%</b>
Península Itálica	Dressel 1	4	1,4%	2	1,7%			3,3%
	Dressel 2-4	4	1,4%	2	1,7%			3,4%
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>2,8%</b>	<b>4</b>	<b>3,3%</b>			<b>6,7%</b>
Norte de África	Africana IIIA-IIIC	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Indeterminado	3	1,0%	2	1,7%			3,3%
	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1,4%</b>	<b>3</b>	<b>2,5%</b>			<b>5,0%</b>
Mediterrâneo central	Richborough 527	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0,3%</b>	<b>1</b>	<b>0,8%</b>			<b>1,7%</b>
Mediterrâneo Oriental	Dressel 2-4/Dressel 5	2	0,7%	1	0,8%			1,7%
	Kapitán 2	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Indeterminado	3	1,0%	2	1,7%			3,3%
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2,1%</b>	<b>4</b>	<b>3,3%</b>			<b>6,7%</b>
Indeterminada	Indeterminado	5	1,7%	3	2,5%			
<b>Total</b>		<b>287</b>	<b>100%</b>	<b>121</b>	<b>100%</b>			

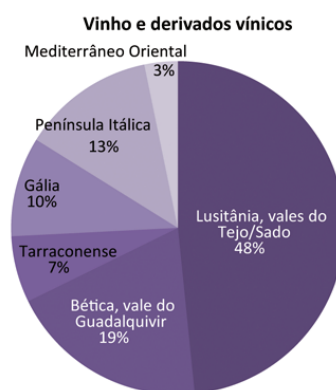
Proveniência	Tipo	Frag.	NMI	% NMI	% Extra Prov.
Lusitânia, vales do Tejo/Sado	"Lusitanas Antigas"	5	5	5,3%	
	Dressel 14	105	32	33,7%	
	Lusitana 3	43	15	15,8%	
	<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>52</b>	<b>54,7%</b>	
<b>Total Lusitânia</b>		<b>153</b>	<b>52</b>	<b>54,7%</b>	
Bética, costa ocidental	Dressel 7-11	4	2	2,1%	4,7%
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6,3%</b>	<b>14,0%</b>
Bética, Vale do Guadalquivir	Haltern 70	9	3	3,2%	7,0%
	Dressel 2-4	3	2	2,1%	4,7%
	Dressel 28	2	1	1,1%	2,3%
	Ovóide 7(=Oberaden 83)	2	1	1,1%	2,3%
	<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>26</b>	<b>27,4%</b>	<b>60,5%</b>
Tarraconense	Pascual 1	1	1	1,1%	2,3%
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2,1%</b>	<b>4,7%</b>
Gália	Gauloise 4	3	2	2,1%	4,7%
	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3,2%</b>	<b>7,0%</b>
Península Itálica	Dressel 1	4	2	2,1%	4,7%
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>4,2%</b>	<b>9,3%</b>
Mediterrâneo Central/Ocidental	Richborough 527	1	1	1,1%	2,3%
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,3%</b>
Mediterrâneo Oriental	Dressel 2-4/Dressel 5	2	1	1,1%	2,3%
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,3%</b>
<b>Total Outras Provincias</b>		<b>92</b>	<b>43</b>	<b>45,3%</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>		<b>245</b>	<b>95</b>	<b>100%</b>	

Proveniência	Tipo	Frag.	NMI	% NMI	% Extra Prov.
Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Almagro 51C	5	3	18,8%	
	Almagro 51A-B	1	1	6,3%	
	Lusitana 9	1	1	6,3%	
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>31,3%</b>	
<b>Total Lusitânia</b>		<b>7</b>	<b>5</b>	<b>31,3%</b>	
Bética, costa ocidental	Key XVI	5	2	12,5%	18,2%
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>18,8%</b>	<b>27,3%</b>
Bética, Vale do Guadalquivir	Dressel 20 (século III)	5	2	12,5%	18,2%
	Dressel 23A	1	1	6,3%	9,1%
	Dressel 23	1	1	6,3%	9,1%
	Tejarillo 1	2	2	12,5%	18,2%
	<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>37,5%</b>	<b>54,5%</b>
Norte de África	Africana IIIA-IIIC	1	1	6,3%	9,1%
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6,3%</b>	<b>9,1%</b>
Mediterrâneo Oriental	Kapitán 2	1	1	6,3%	9,1%
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6,3%</b>	<b>9,1%</b>
<b>Total Outras Provincias</b>		<b>19</b>	<b>11</b>	<b>68,8%</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>	

Figura 2 – Praça da Figueira, 1961-1962. Tabelas de proveniências/tipos identificados. Global (em cima) e por períodos: último quartel I a.C. – II d.C. (em baixo, à esquerda) e séculos III-V d.C. (em baixo, à direita).

Conteúdos	Proveniência	Tipo	NMI	% NMI	% NMI / conteúdo	% Extra- Prov. / conteúdo
Vinho e derivados vínicos	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Lusitana 3	15	15,8%	48,4%	
		Total	15	15,8%	48,4%	
	Bética, Vale do Guadalquivir	Haltern 70	3	3,2%	9,7%	18,8%
		Dressel 2-4	2	2,1%	6,5%	12,5%
		Dressel 28	1	1,1%	3,2%	6,3%
	Total	6	6,3%	19,4%	37,5%	
	Tarraconense	Pascual 1	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Dressel 2-4	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Total	2	2,1%	6,5%	12,5%
	Gália	Gauloise 4	2	2,1%	6,5%	12,5%
		Gauloise 5	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Total	3	3,2%	9,7%	18,8%
	Península Itálica	Dressel 1	2	2,1%	6,5%	12,5%
Dressel 2-4		2	2,1%	6,5%	12,5%	
Total		4	4,2%	12,9%	25,0%	
Mediterrâneo Oriental	Dressel 2-4 / Dressel 5	1	1,1%	3,2%	6,3%	
	Total	1	1,1%	3,2%	6,3%	
<b>Total</b>			<b>31</b>	<b>32,6%</b>	<b>100,0%</b>	
Preparados Piscícolas	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	"Lusitanas Antigas"	5	5,3%	11,6%	
		Dressel 14	32	33,7%	74,4%	
		Total	37	38,9%	86,0%	
	Bética, costa ocidental e/ou oriental	Dressel 7-11	2	2,1%	4,7%	33,3%
Beltrán IIB		4	4,2%	9,3%	66,7%	
Total	6	6,3%	14,0%	100,0%		
<b>Total</b>			<b>43</b>	<b>45,3%</b>	<b>100%</b>	
Azeite	Bética, Vale do Guadalquivir	Ovoide 7 (=Oberaden 83)	1	1,1%	5,0%	5,0%
		Dressel 20	19	20,0%	95,0%	95,0%
		Total	20	21,1%	100,0%	100,0%
<b>Total</b>			<b>20</b>	<b>21,1%</b>	<b>100%</b>	
Alumen	Mediterrâneo Central / Ocidental	Richborough 527	1	1,1%	100,0%	100,0%
		Total	1	1,1%	100,0%	100,0%
		<b>Total</b>	1	1,1%	100%	100,0%
<b>Total</b>			<b>95</b>	<b>100%</b>		

Último quartel I a.C.- II d.C.



Conteúdos	Proveniência	Tipo	NMI	% NMI	% NMI / conteúdo	% Extra- Prov. / conteúdo
Vinho e derivados vínicos	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Lusitana 9	1	6,3%	50,0%	
		Total	1	6,3%	50,0%	
	Mediterrâneo Oriental	Kapitán 2	1	6,3%	50,0%	100,0%
		Total	1	6,3%	50,0%	100,0%
<b>Total</b>			<b>2</b>	<b>12,5%</b>	<b>100,0%</b>	
Preparados Piscícolas	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Almagro 51C	3	18,8%	42,9%	
		Almagro 51A-B	1	6,3%	14,3%	
		Total	4	25,0%	57,1%	
	Bética, costa ocidental e/ou oriental	Keay XVI	2	12,5%	28,6%	66,7%
		Keay XXII	1	6,3%	14,3%	33,3%
Total	3	18,8%	42,9%	100,0%		
<b>Total</b>			<b>7</b>	<b>43,8%</b>	<b>100%</b>	
Azeite	Bética, Vale do Guadalquivir	Dressel 20 (século III)	2	12,5%	33,3%	33,3%
		Dressel 23A	1	6,3%	16,7%	16,7%
		Dressel 23 (não determinável)	1	6,3%	16,7%	16,7%
		Tejarillo 1	2	12,5%	33,3%	33,3%
		Total	6	37,5%	100,0%	100,0%
<b>Total</b>			<b>6</b>	<b>37,5%</b>	<b>100%</b>	
Indeterminado	Norte de África	Africana IIIA-IIIC	1	6,3%	100,0%	100,0%
		Total	1	6,3%	100,0%	100,0%
<b>Total</b>			<b>16</b>	<b>100%</b>		

III / V d.C.

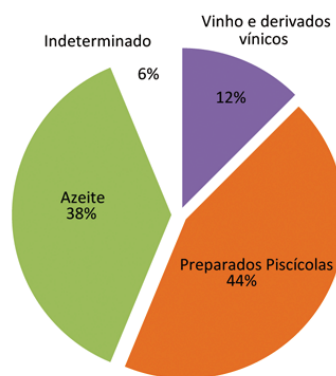


Figura 3 – Praça da Figueira, 1961-1962. Último quartel do I a.C. – II d.C. Distribuição de conteúdos/proveniências/tipos.

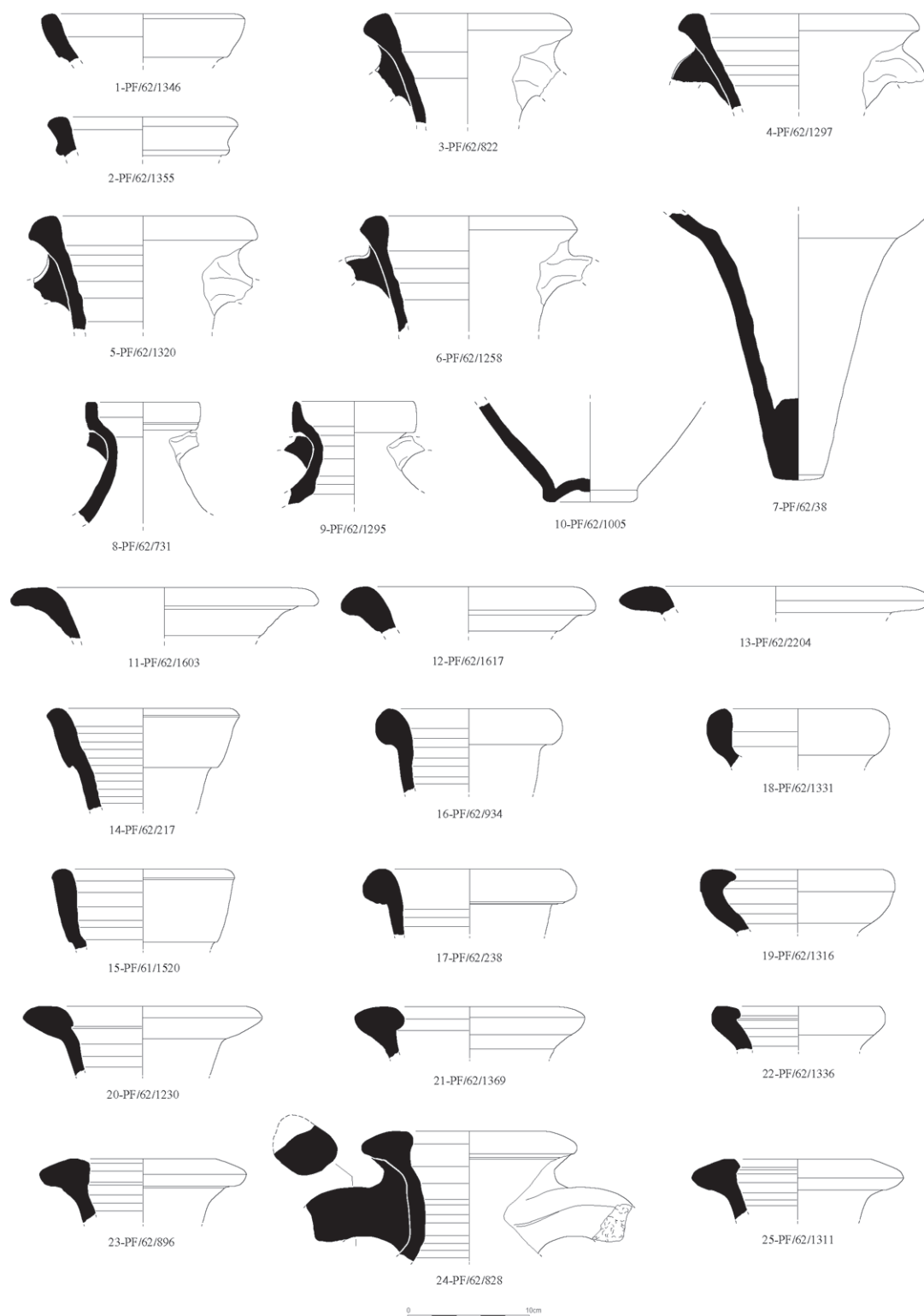


Figura 4 – Praça da Figueira, 1961-1962. Lusitânia, Vales do Tejo/Sado: “Lusitanas Antigas” (1-2), Dressel 14 (3-7), Lusitana 3 (8-10); Bética, costa ocidental: Dressel 7-11 (11-12), Beltrán IIB (13); Bética, Vale do Guadalquivir: Haltern 70 augustana-tiberiana (14), Haltern 70 claudiana-neroniana (15), Dressel 2-4 (16-17), Dressel 20 júlio-cláudia (18-19), Dressel 20 flaviana-trajana (20-21), Dressel 20 parva flaviana-trajana (22), Dressel 20 antoniniana (23-25).

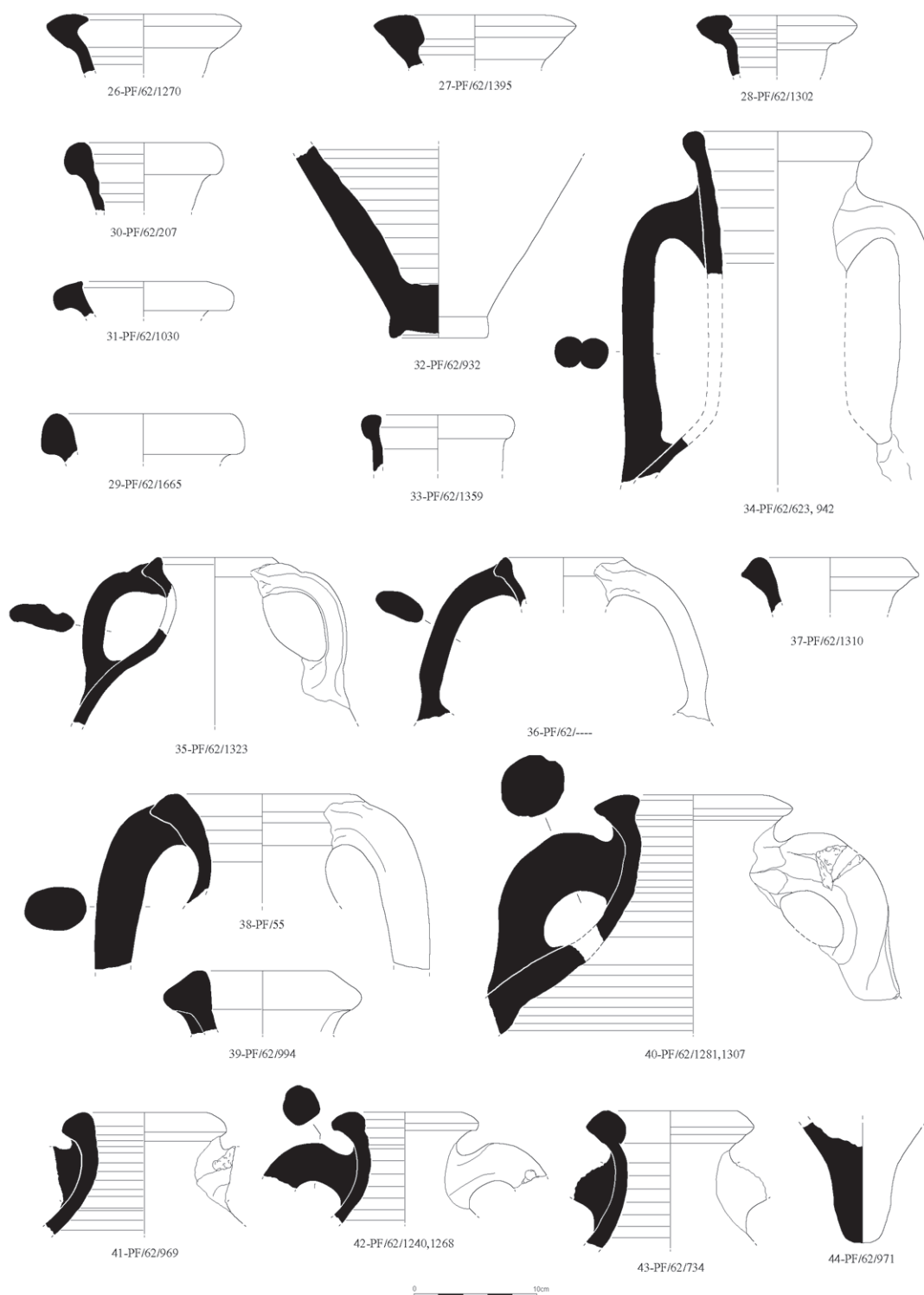


Figura 5 – Praça da Figueira, 1961-1962. Bética, Vale do Guadalquivir: Dressel 20 antoniniana (26-27), Dressel 20 *parva* antoniniana (28); Tarraconense: Dressel 2-4 (29); Gália: Gauloise 4 (30 e 32), Gauloise 5 (31); Mediterrâneo oriental: Dressel 2-4 / Dressel 5 (33); Península itálica: Dressel 2-4 (34); Lusitânia, Vales do Tejo/Sado: Almagro 51C (35-36); Bética, costa ocidental: Keay XXII (37), Keay XVI (38); Bética, Vale do Guadalquivir: Dressel 20 século III (39-40), Dressel 23A (41), Tejarillo 1 (42-43); Norte de África: Africana III (44).



**AAP**  
 ASSOCIAÇÃO  
 DOS ARQUEÓLOGOS  
 PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO  
**Millennium**  
 bcp

**BNP**  
 BIBLIOTECA  
 NACIONAL  
 DE PORTUGAL

 GOVERNO DE  
 PORTUGAL

  
 Parques de Sintra  
 Monte da Lua